



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 79**

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 02-07-2001

Aos dois dias do mês de Julho do ano dois mil e um, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Maria Teresa Fidélis da Silva, Joaquim de Freitas, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, António Fernando Ribeiro Martins, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Firmino Marques Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

José Augusto Fernandes Júnior, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges e José da Cruz Costa.

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da substituição do vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, pela vogal Maria Teresa Fidélis da Silva; do vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, pelo vogal Joaquim de Freitas; do vogal Álvaro Patrício do Bem, pelo vogal António Fernando Ribeiro Martins; e do vogal Armando Manuel Dinis Vieira, pelo vogal Firmino Marques Ferreira.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu continuidade à “ordem de trabalhos” prevista para esta Sessão.

**PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA.**

*(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído por todos membros desta Assembleia, de acordo com a lei, e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)*

No uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

(Entretanto, entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre).

#### Membros da Assembleia:

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entretanto, entrou na sala o Vogal Dinis Marques).

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

(Entretanto, entrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa).

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Vogal João Maia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

A

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes

#### Membros da Assembleia:

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal João Maia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

B

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

## SEGUNDA PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Maria Teresa Fidélis da Silva, Joaquim de Freitas, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, António Fernando Ribeiro Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Firmino Marques Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Manuel Branco Pontes.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

José Augusto Fernandes Júnior, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges e José da Cruz Costa.

Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa deu seguimento à “ordem de trabalhos” prevista para esta Sessão.

### **PONTO N.º 3 – ACESSIBILIDADES A AVEIRO.**

O Presidente da Mesa, deu a palavra ao Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Presidente da Comissão Eventual sobre as Acessibilidades ao Concelho de Aveiro, para fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe.

*«Proposta de deliberação*

*- Considerando que os concelhos que integram o Distrito de Aveiro têm sido muitas vezes preteridos pelo Poder Central em matéria de acessibilidades, nomeadamente viárias – o que constitui um verdadeiro paradoxo num Distrito que é um dos que mais contribuem para a produção da riqueza nacional.*

*- Considerando que os concelhos que integram o Distrito de Aveiro devem ser capazes de estabelecer entre si um sistema estruturante de acessibilidades, como factor de equilíbrio e maximização do desenvolvimento integrado de toda a Região.*

*- Considerando que as acessibilidades devem constituir uma rede regional rodoviária e ferroviária que funcione com eficácia e corresponda as reais necessidades, evitando a multiplicação de estruturas sem sentido na perspectiva nacional e de penetração para a Europa.*

*- Considerando que as acessibilidades devem traduzir a vontade das populações, deve ser ouvida com um espírito de complementaridade e de solidariedade, de acordo com uma cidadania de concelhos em proximidade geográfica.*

*Por proposta da Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal de Aveiro das Acessibilidades ao Concelho de Aveiro, a Assembleia Municipal delibera:*

1. *Exigir a construção de um novo acesso de Aveiro à A1, dito “Central”, através da conclusão do Eixo Estruturante de Aveiro a Águeda e a sua ligação a um novo nó, “Aveiro-Centro” na A1, estruturando decisivamente a ligação dos concelhos de Aveiro e Águeda.*
2. *Exigir a duplicação e conclusão da via actual Aveiro/Mamodeiro, de ligação ao nó “Aveiro-Sul” da A1, permitindo simultaneamente um acesso mais rápido e seguro ao concelho de Oliveira do Bairro.*
3. *Exigir que a duplicação do IP5 já adjudicada, seja iniciada pela zona de maior sinistralidade, dando continuidade das obras em curso no troço A1 – IC2, com a rectificação/duplicação da via a partir do IC2, no sentido do litoral para o interior. E que seja encurtado o seu plano de conclusão para antes do ano de 2006, como prioridade estruturante de Portugal, na rede europeia de transportes.*
4. *Exigir a imediata ligação da instalação eléctrica do troço IP5 que liga Aveiro à Barra e a instalação subsequente de iluminação no troço desde Aveiro até à ligação com a A1, cumprindo os objectivos pela qual foi instalada, que é o aumento da segurança de todos os veículos que aí circulam.*
5. *Exigir a ampliação da A1 no troço Feira-Albergaria, com o alargamento para três vias de cada lado e maior número de cabines de portagem no entroncamento com o IP5.*
6. *Que desta proposta se dê conhecimento a:*  
*Primeiro-Ministro;*  
*Ministro do Equipamento Social;*  
*Deputados eleitos pelo círculo de Aveiro;*  
*Assembleias Municipais de todos os concelhos do Distrito de Aveiro;*  
*Grupos Parlamentares da Assembleia da República.»*

Da Câmara Municipal  
Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:  
Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)  
Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP)

**Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 3 - Acessibilidades a Aveiro - sendo aprovada a proposta de deliberação, por unanimidade e aclamação.**

Não houve declarações de voto.

(Entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre).

#### **PONTO N.º 4 – As Comissões de Coordenação Regionais e a Descentralização.**

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Luís Miguel Capão Filipe, primeiro signatário da proposta, para fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe.

«Proposta de deliberação  
Considerando:

1. *Que o modelo de desconcentração territorial da Administração do Estado, aprovado recentemente em Conselho de Ministros, faz aplicar nas áreas correspondentes às Comissões de Coordenação Regional como as áreas de referência de descentralização e desconcentração dos serviços e competências.*
2. *Que o Distrito de Aveiro – porta atlântica da Europa, com os seus 19 concelhos, 12 cidades, cerca de 700.000 habitantes, e o 3.º lugar em diferentes indicadores de desenvolvimento (pagamento de impostos, consumo de energia eléctrica e sector de emprego) evidencia uma importância nacional ímpar e a sua unidade política e administrativa, nunca deverá ser questionada.*
3. *Que nas últimas décadas o Distrito de Aveiro tem sido permanentemente “neo-regionalizado”, desmembrado e desarticulado através da repartição de competências de serviços, tendencialmente distritais e que se submetem ora a CCR Norte, ora a CCR Centro, sempre com o beneplácito e a complacência do Poder Central nas suas diferentes composições. (E aqui abrimos um parêntesis para lembrar, por exemplo, a campanha hipócrita que se encontra nos órgãos regionais e nacionais da CCR Centro, em que designadamente diz: “TU ÉS O CENTRO”. Isto é, têm a distinta lata de nos tratar por tu e de nos designar por “centro”. Mas felizmente essa campanha nacional (e também infelizmente realizada às custas, em percentagem significativa, do erário público aveirense) diz que a região são as pessoas. Mas não perguntaram às pessoas e designadamente aos aveirenses, se “tu” (tratando por tu) és o centro! Estamos bem, muito obrigado, a nossa Região é Aveiro.)*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, delibera o seguinte:*

1. *Repudiar o modelo de desconcentração territorial da Administração do Estado aprovado recentemente em Conselho de Ministros, que significa o continuar da lógica de Estado Central, aumentando a influência política das Comissões de Coordenação Regional, que sistematicamente têm subalternizado Aveiro.*
2. *Reafirmar a postura de insubmissão de Aveiro a investidas subalternização por outros centralismos, onde não se revê em qualquer tipo de relação sócio económica e afectiva.*
3. *A não aceitação em condição alguma de qualquer modelo de desagregação do seu Distrito.*
4. *Apelar à localização prioritária das diferentes estruturas a desconcentrar, por quem melhor conhece o terreno e onde melhor esses meios se justificarem.*
5. *Apelar ao aumento das competências e atribuições das autarquias, designadamente as Câmaras e as Juntas de Freguesia, bem como do aumento dos recursos financeiros directos do Orçamento de Estado.*
6. *Aprofundar a hipótese da Área Metropolitana de Aveiro, como uma alternativa válida de descentralização, capaz de conferir notoriedade, força institucional centrípeta e vantagem competitiva à região aveirense.*
7. *Que desta proposta se dê conhecimento ao:*  
*Primeiro Ministro;*  
*Ministro da Reforma do Estado;*  
*Governador Civil de Aveiro;*  
*Deputados eleitos pelo círculo de Aveiro;*  
*Assembleias Municipais dos municípios do Distrito de Aveiro;*  
*Presidente da CCR Centro e Norte.»*

### Da Câmara Municipal

*Presidente da Câmara:*

*“Nesta matéria ainda tenho mais reservas do que na matéria anterior, uma vez que esta proposta envolve uma problemática que imagino que tenha pontos de vista diferentes no seio do próprio executivo. E os termos em que está formulada, também poderão não ser consensuais. Em todo o caso, eu em termos pessoais tenho, e se me é dada oportunidade gostava de*

*subscrever algumas das posições que são apresentadas naquela proposta. Não tenho nenhuma simpatia pelo modelo de desconcentração ou de descentralização que foi apresentado. Acho que tendo chumbado a regionalização como chumbou e independentemente do mérito ou demérito das posições que todos possamos ter sobre esse processo, acho que deveria ter havido a oportunidade para que a reforma administrativa do estado fosse suficientemente amadurecida por todas as forças políticas, e esta iniciativa, com toda a franqueza o digo, parece-me que se está a tentar fazer entrar pela janela algo que de facto o referendo quis fazer sair pela porta. E digo isto independentemente das posições que tinha em relação à regionalização. Esse processo acabou, agora haveria que ter a calma, a seriedade e a serenidade, para pensar o novo modelo de organização do Estado. E julgo que isto é uma proposta que não tem em conta esse amadurecimento - e as consequências já estão à vista. Em Aveiro nós somos de facto bastante afectados. E os efeitos perversos de aplicar a lógica das CCR's, neste exercício de desconcentração e descentralização reflectem-se no caso de Aveiro. Correríamos o risco de ainda perdermos mais alguns serviços por força da concentração na capital da CCR, o que me parece francamente pernicioso, dado todos os índices que vêm aludidos na proposta que foi apresentada. De resto, não concordo também com alguns dos termos, mas subscrevo inteiramente a preocupação com que está expressa. É o que me apraz dizer neste momento”.*

#### Membros da Assembleia:

Vogal Raúl Martins (PS)

ε

*“Na esteira do que disse o senhor Presidente da Câmara, eu também comungo de muitas das preocupações que estão inscritas neste documento. De facto, houve um processo de referendo para a regionalização e esse processo não passou – contra a minha vontade, gostaria que o país se tivesse regionalizado. Não podemos agora que se venha fazer uma regionalização encapotada utilizando as CCR's com o base dessa regionalização. Nós sabemos que se esse modelo fosse seguido, a curto prazo (devemos pugnar para que não seja) iria acontecer pelo menos uma coisa ao Distrito: o Distrito seria dividido, já que o nosso Distrito depende de duas CCR's (a CCR Norte e a CCR Centro). Portanto, uma vez que o modelo de regionalização não foi aceite pela maioria dos portugueses não podemos deixar entrar pela janela aquilo que não quisemos que honradamente entrasse pela porta. E eu penso que esta Assembleia, devia, e isso está expresso no documento, devia lutar pela indivisibilidade do Distrito. É uma ideia base que faz cair por terra todos os processos que neste momento poderão estar em curso para uma regionalização ... isto é mais uma descentralização do que uma regionalização, é uma regionalização encapotada. Mas de facto, é uma descentralização administrativa, que vai fazer ainda que Aveiro perca mais alguns dos seus centros de decisão para Coimbra.*

*De maneira que o que eu queria dizer basicamente e em conclusão, que estando preocupado e estando até concordante com algumas das coisas que são ditas neste documento, acho que ele fala de muitas coisas ao mesmo tempo e acaba por não deixar bem claro o nosso objectivo fundamental, que creio que neste particular, é não deixarmos desmembrar o Distrito. Porque se não deixarmos desmembrar o Distrito não pode acontecer efectivamente este modelo de reforço das CCR's, que é aquilo que se pretende. Portanto eu estou aqui num dilema e não saberei muito bem se hei-de votar a favor, se me hei-de abster. Por uma coisa muito simples: porque concordando com a ideia. Não concordo com os termos que estão aqui. Mas estaria perfeitamente disponível para estudar um texto alternativo, em que ficasse bem vincada a indisponibilidade de todos os aveirenses e membros desta Assembleia Municipal em dividir o Distrito e para ele ser apresentado superiormente. Não sei o que pensam os meus distintos colegas, mas penso que nos termos em que está redigida esta proposta de deliberação não vamos certamente atingir os desideratos a que uma proposta deste tipo deve atingir.*

*Eu gostaria de ter a opinião dos outros colegas de bancada, para saber qual era a ideia sobre este assunto”.*

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

*“Eu antes de mais acho que é um tema ideal, óptimo, para umas horas de debate à volta de uma mesa, com um belo vinho para se beber e para se conversar. Para se conversar aprofundadamente, acisadamente, tranquilamente, na medida do possível. Eu confesso desde já, em primeiro lugar, que concordo incondicionalmente com a filosofia que penso estar subjacente a esta proposta. Em segundo lugar, gostei muito também das duas intervenções anteriores (quer do senhor Presidente da Câmara, quer do Dr. Raúl Martins). O senhor Presidente da Câmara em particular, exprimiu de uma forma modelar a posição dum autarca de facto de estirpe. O Dr. Raúl Martins, abordou também muito bem o tema e deixou perfeitamente afloradas as dificuldades que tem ou que existem ou que a proposta deixa à apreciação e à votação, e à tomada de posição de alguém que apoia naturalmente algo incondicionalmente (se calhar), mas apoia pelo menos conscientemente o Poder Central e as decisões ou deliberações que o governo toma em cada momento. Eu quero dizer em terceiro lugar, que sempre fui contra a regionalização. Desde logo, porque um país como o nosso ou com a dimensão a que o nosso foi reduzido – contra minha vontade naturalmente, não há espaço para regionalização de espécie nenhuma e que aquilo que se procura, é que na medida do possível as populações sejam levadas a participar nas decisões que directamente lhe interessam e isso pode ser perfeitamente resolvido quer através da desconcentração, quer através do avanço simultâneo de ambos os processos. Também o Dr. Raúl Martins disse e muito avisadamente, que talvez por alguma confusão involuntária (não sei se confusão será o termo mais adequado), mas por algum amontoar involuntário de muita coisa, de muita ideia, válida, talvez não sistematicamente nessa proposta, talvez seja avisado proceder-se a uma reformulação da proposta com alguma sistematização, com alguma racionalidade, tornando possível que todas as bancadas - sem qualquer ressentimento ou complexo para os compromissos que cada um terá ou que cada uma das bancadas poderá ter muito legitimamente - que uma proposta desta nesses termos possa merecer o apoio incondicional, inteiro, de todos nós”.*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

*“Em primeiro lugar, caro senhor Presidente da Mesa em exercício, permita-me que de uma forma simples e humilde até, o critique aberta, frontal e directamente, pela forma como vossa excelência decerto de modo mais avisado do que eu próprio, conduz, ou está a conduzir os trabalhos, nesta fase desta sessão desta Assembleia Municipal. E porquê? Porque estamos nós, senhor Presidente da Mesa, a apreciar, discutir e a deliberar, sobre duas propostas que claramente emanam da Assembleia Municipal: uma dum Comissão constituída unanimemente por esta Assembleia Municipal, outra por uma bancada legitimamente representada nesta Assembleia Municipal. Não estamos, nem estaremos, embora noutros fóruns e noutras circunstâncias tal fosse avisado e útil, não estamos nem estaremos claramente aqui para aduzir a estas propostas ou para nestas propostas termos o comentário político - porque nada mais do que comentário político se trata, do senhor Presidente da Câmara Municipal enquanto titular desse cargo. Porque como disse e bem, nenhuma destas duas propostas foi objecto de discussão e deliberação pela Câmara Municipal de Aveiro. Ou seja, aquilo que aqui tivemos e que certamente amanhã estará na comunicação social para que todos os aveirenses possam ler, é uma nítida e clara adulteração do espírito que presidiu a esta Assembleia Municipal quando decidiu, primeiro, criar a Comissão para a discussão das acessibilidades. Segundo, o espírito que esteve presente nesta bancada para claramente apresentar sem equívocos, frontal e directamente esta proposta. Ou seja, senhor Presidente da Mesa, permito-me dizer, clara e directamente uma vez mais, que a sua condução dos trabalhos vai desvirtuar exactamente aquele que foi o espírito que se pretendia passar para a opinião pública através da comunicação social.*

*Senhor Presidente da Câmara, apesar de tudo isto, e directamente para si, não enquanto representante dum órgão colegial, porque não o pode ser, uma vez que nada disto foi discutido em reunião de Câmara, e o senhor disse (louvo a sua honestidade e a sua frontalidade e a abertura com que se dispôs a correr o risco de amanhã, em sede da reunião do executivo camarário, ser confrontado com posições públicas suas, não sujeitas a deliberação por esse mesmo executivo. Permito-me mais uma vez repudiar esta forma de discutir assuntos que são assuntos desta Assembleia.*

*Em segundo lugar, caros colegas de Assembleia, para dizer fundamentalmente duas coisas. É inequívoco e todos nós que aqui estamos nesta Assembleia Municipal, inclusivamente aqueles que hoje suportam o executivo municipal (o partido socialista), nos queixamos e queixámos, vezes sem conta, e recordo aqui algumas célebres posições do Sr. Custódio Ramos, do Dr. Raúl Martins, do Dr. Filipe Brandão, do Dr. Victor Mangerão – que não faz parte da bancada do Partido Social Democrata neste momento - e de alguns, mesmo da bancada do CDS/PP, todos nós nos queixámos da consecutiva desvalorização, por purga, daquilo que é o Aveiro do futuro. Todos nós nos queixámos e queixamos ainda hoje! E mais vos digo: Todos nós reivindicámos e reivindicamos ainda hoje o recentrar da importância que Aveiro; tem de facto e deve ter por direito. Conseqüentemente, ano após ano, mandato após mandato, esta importância tem sido claramente negada a Aveiro. Claramente! Por Governos anteriores, pelo actual Governo, por executivos municipais anteriores, pelo actual executivo municipal, todos eles dando de certeza aquilo que de melhor têm para dar à gestão deste concelho. Integrado numa realidade que em muito extrapola este concelho, que é o Distrito de Aveiro. Mas que claramente e este é um enfoque que eu acho que não devemos deixar passar em claro, mas que claramente, Distrito de Aveiro esse que tem que ser (eu não digo dirigido), mas tem de ser emblematizado. A bandeira tem de ser Aveiro. E Aveiro, pode e deve. Tem gente, tem valor, tem condições para ser a bandeira da Área Metropolitana de Aveiro. Eu não acredito que haja nesta Assembleia um único vogal que esteja em desacordo com isto. Aveiro tem claramente todas as potencialidades em si, sejam humanas, sejam técnicas, sejam económicas, sejam sociais, seja o que for, para liderar o aparecimento e o aparecimento com força, com peso e com pujança, daquilo que tem que ser a Área Metropolitana de Aveiro. Podem dizer-me que é preciso mudar a Constituição – e se calhar até é! Então que se mude. Temos deputados na Assembleia da República, temos peso, temos lobbie. Começamos a ter lobbie para sermos capazes de influenciar grandes questões de Estado como essa de alterar a Constituição e promover a criação de mais uma Área Metropolitana de Aveiro. É óbvio que também podem dizer que esta proposta podia ser reformulada, podia ser burilada, podia ser concensualizada, podia ser re-escrita, podia-se retirar este adjectivo e colocar aquele. Tudo isso pode ser possível. Agora o que eu relembro aqui nesta Assembleia e que gostava que estivesse claramente presente no espírito de quem está a discutir este assunto e está a gastar um pouco do seu tempo não em amena cavaqueira, como se calhar este assunto deveria começar a ser discutido, entre todos os intervenientes no tecido político/social de Aveiro. Mas relembro que já houve aqui nesta câmara uma moção para a criação duma Área Metropolitana de Aveiro. Ou pelo menos para o início do estudo do que seria a Área Metropolitana de Aveiro. Não era para a criação da Área Metropolitana de Aveiro, porque não se cria assim dum momento para o outro, mas era para o início daquilo que aqui se chama nesta moção, hoje, “o aprofundamento do estudo da futura Área Metropolitana de Aveiro” enquanto congregação de sinergias. E essa proposta de deliberação foi chumbada Dr. Nuno Tavares! E foi chumbada exactamente com os votos de alguns dos quais hoje em dia estão nos jornais como os arautos anti-regionalização - perdão pela incorrecção... como um dos arautos anti-reforço dos poderes das CCR's! Falo claramente não no nome (porque não cito nomes de quem não está) mas no presidente da concelhia do Partido Socialista de Aveiro. E cito apenas e só, o titular do cargo porque lhe tenho o maior respeito, estima e consideração pessoal, cito-o apenas e só, por uma coisa muito simples, porque quem titula esse cargo, foi a*

*mesma pessoa que aqui nesta Assembleia não anuiu a começar a estudar-se a criação duma Área Metropolitana de Aveiro. E é a mesma pessoa que sendo um claro regionalista, é também, hoje em dia, um arauto de algo que nunca para trás defendeu.*

*Aquilo que aqui falamos hoje em dia, ou neste caso concreto, é apenas e só, o deixar cair alguma hipocrisia com que o Poder Central trata aqueles que valem alguma coisa. E trata intencionalmente!? Porque tratá-los de igual para igual, cara na cara, olhos nos olhos, já se sabe quem é que leva a melhor – Aveiro leva a melhor. Feito desta forma, como dizia o meu colega de bancada Dr. Miguel Capão Filipe, com anúncios nos autocarros desta cidade dizendo que “tu és o centro”?! Mas nós em Aveiro, recordem-se da votação no referendo, queremos ser tudo menos o “centro”. Recordem-se. Podem agora dizer que teve a expressão que teve o resultado do referendo. É insultuoso, é infame e é uma agressão aquilo que os aveirenses na sua grande maioria, tendo havido aqui das menores abstenções do país no referendo, é insultuoso que se ataque Aveiro desta forma. Aveiro vale por si próprio. Faça-se o que se quiser disto (estou a falar de Aveiro distrito), mas a bandeira temos que ser nós a assumi-la – eu disse isto no início da minha intervenção. Para qualquer coisa nesta vida é preciso haver um motor e esse motor temos que ser nós, daí os destinatários desta moção. Portanto, querem aduzir alguma coisa a esta proposta? Que se interrompam os trabalhos e que se tente desta ou daquela forma consensualizar esta proposta. Tente-se! Não querem, não querem.*

*Queiramos nós todos de uma vez por todas e em definitivo acabar com esta hipocrisia que reina do Poder Central, para quem está em baixo, que é: ai não quiseram duma forma então vão comer por outra e ponto final, acabou-se!*

*Senhor Presidente, pedindo desculpa pela crítica que fiz no início, fi-la porque achei pertinente. Acho que está na altura de nós Assembleia Municipal de Aveiro, pormos para trás das costas estas tricas e crelas partidárias que nos afastam e que nos levam para campos de luta política, em que muitas ou na maior parte das vezes estamos em desacordo. Está na altura então de em torno de uma proposta que por acaso foi o CDS/PP que apresentou, mais nenhuma das outras bancadas o quis fazer ou o fez. Eu relembro isto: estamos perfeitamente abertos e dispostos a que aquilo que aqui está seja tornado um documento consensual, assim todos nós nesta Assembleia o queiramos e o trabalhemos no mesmo sentido”.*

Vogal Raúl Martins (PS):

*“Gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa, porque acho que isto é um assunto demasiado importante para que não haja aqui uma unanimidade desta Assembleia. E nesse sentido, trago um documento que gostaria que mo deixasse ler (talvez incorrectamente sobre esta figura regimental), porque penso que duma forma mais profunda vai prosseguir os desejos dos proponentes desta deliberação e penso que seria consensualmente mais fácil de obter a unanimidade desta Assembleia. Se me permitir eu passaria a ler este documento:*

*«A aprovação recente em Conselho de Ministros de medidas atinentes à desconcentração territorial da Administração do Estado, merecem a atenção da Assembleia Municipal de Aveiro, que, deste modo se pronuncia:*

*- A opção pelo mapa das actuais regiões-plano assente nas CCR's como matriz de referência para a organização da administração desconcentrada do Estado, merece o repúdio da Assembleia Municipal de Aveiro, pois em seu entender, prescinde da tentativa de erigir um modelo de organização do Estado democraticamente participado e construído, para, ao invés, optar pela cedência fácil à pressão dum modelo meramente decorrente da inércia burocrática de “hábitos de há mais de trinta anos”.*

*- Após o referendo de 1998, não poderia ninguém - e sobretudo o Governo - pretender continuar a ignorar, por um lado a absoluta falta de legitimidade democrática do processo de constituição das Comissões de Coordenação Regional que, ao longo dos anos, se foi paulatinamente instalando em Portugal, nem por outro, e pelas mesmas razões, se poderia deixar de proceder ao inegável reconhecimento dos Distritos (designadamente o de Aveiro), como elementos afectivos (e efectivos) de agregação das respectivas populações.*

- Face a tal, impunha-se após o referendo, dar ao Distrito de Aveiro o correspondente enquadramento normativo e institucional.

- Não é, porém, isso que se faz quando, como agora, não se caminha no reforço da sua integridade, mas ao invés, se aposta na manutenção do fraccionamento do Distrito.

- Independentemente da posição individual de cada um dos vogais da Assembleia Municipal de Aveiro relativamente à questão da regionalização, a Assembleia Municipal de Aveiro assume a vontade de pugnar pela integridade do Distrito de Aveiro.

- A Assembleia Municipal de Aveiro repudia, pois, qualquer solução legal ou administrativa - como a ora em causa - que não parta do reconhecimento do Distrito de Aveiro como unidade indivisível».

Eu penso que este documento, que ao fim e ao cabo transmite de uma outra forma aquilo que o documento que foi apresentado pelos proponentes, Miguel Capão Filipe, João Pedro Dias e Diogo Machado, penso que transmite a mesma ideia base, e penso eu poderia ser muito mais facilmente consensualizado, já que não mistura coisas que ali estão, no nosso entender, mal misturadas”.

Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP):

“Apreciando a simplicidade e o elementarismo dessa proposta, eu gostaria antes de mais nada de tentar explicar a complexidade do documento por nós elaborado e tentar ver se essa percepção é alcançada pelo leitor.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera o seguinte: ponto numero um, é repudiar simplesmente isto, repudiar o modelo de desconcentração aprovado. No ponto dois, é referir a insubmissão de Aveiro a qualquer outro centralismo, onde não se revê qualquer tipo de relação socio-económica e afectiva. O ponto três, é a não aceitação em condição alguma de qualquer modelo de desagregação do seu Distrito. Só isto! Tão simples quanto isto. O ponto quatro, é apelar àquilo a que as forças aveirenses desde há décadas vêm apelando – localização prioritária das diferentes estruturas a desconcentrar, por quem melhor conhece o terreno e onde melhor esses meios se justificarem, como por exemplo o Instituto de Cerâmica e do Vidro. Isto é, todas estas frases, não foram frases inventadas por nós, mas que fizeram e já têm o seu historial na reivindicação aveirense. O ponto cinco, é o denominado reforço do conceito de municipalismo, isto é: apelar ao aumento das competências e atribuições das autarquias, designadamente das câmaras, também das juntas de freguesia, bem como do aumento dos recursos financeiros directos do Orçamento de Estado para estas autarquias. Isto é o denominado conceito de reforço do municipalismo. E que pensamos que também é um conceito que atravessa todas as estruturas partidárias. Por último, o ponto seis, precisamente por se achar que poderá ser o único ponto que poderá não ser transversal e que poderá merecer reflexão, diz assim: aprofundar a hipótese da área metropolitana de Aveiro, como uma alternativa válida de descentralização capaz de conseguir notoriedade, força institucional, centrípeta, e vantagem competitiva para a região aveirense.

Em termos de abstracto, ponto um e ponto dois - criticar o que o Conselho de Ministros do governo de Lisboa realizou; ponto três - a não aceitação da divisão do Distrito; ponto quatro - a localização dos institutos de cerâmica e vidro, onde melhor os meios se justificam; ponto cinco - o reforço do municipalismo; ponto seis - não é aprovar a área metropolitana, mas sim aprofundar a hipótese da Área Metropolitana de Aveiro.

Pedindo desculpa pela complexidade por nós usada na elaboração desta proposta de deliberação, em seis pontos, com uma média de alíneas de cerca de quatro linhas, pedindo desculpa por esta complexidade, gostaríamos que esta explicação tivesse sido melhor compreendida”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Gostaria de cumprimentar antes de mais, o CDS/PP por esta proposta. Acho que a proposta é capaz de ser demasiado complexa para aqueles que querem reduzir o nosso país a simples cinco

*regiões de coordenação. Mas penso que é a proposta, e que Aveiro tem neste momento que demonstrar que é através duma proposta destas e com esta complexidade (se lhe quiserem chamar), que não é complexidade coisíssima nenhuma, mas é chamar as coisas pelos seus nomes e não de uma maneira simplista. Porque isto tudo surge, porque o Governo não foi capaz de fazer o que lhe competia. E o que lhe competia foi quando assumiu, que pedia aos portugueses a opinião deles acerca da regionalização do país e os portugueses se pronunciaram a dizer que não queriam regiões. Há que tomar medidas para que a administração ou a reforma administrativa se fizesse sem recorrer a regiões. E o que é que o governo fez? Nada! E por isso é que estamos neste impasse de passados mais de dois anos do referendo à cerca das regiões, ainda não ter acontecido absolutamente nada. E por isso, esta proposta vem dar algumas sugestões ao Governo para que o Governo se mexa; se faça alguma coisa. Dê mais poderes aos municípios. Faça isso! faça qualquer coisa ao menos. Aumente as nossas competências ou então crie uma Área Metropolitana por exemplo, para uma região com a dinâmica, com a coesão, que é o Distrito de Aveiro.*

*Por isso, nós no PSD estamos de acordo com esta proposta e achamos que esta é a proposta que deve ser votada e nós estamos plenamente de acordo com ela. Porque com esta proposta, nós vamos mostrar que esses cartazes que dizem que “tu és o centro”, não são absolutamente nada e são ignorados por nós. Aliás, tal como o próprio centro é a negação de seja o que for. Ser centro não é nada. Porque ser centro, é o que não é Norte e o que não é Sul! E por isso querem que nós não sejamos nada em Aveiro. Nós queremos ser. Porque já somos, e nós não queremos ser o “centro”. Nós sim queremos ser, uma região que continua a crescer, ao invés daquilo que se verifica em Portugal; continuamos a crescer e continuamos a crescer unidos, seja em Área Metropolitana de Aveiro, seja pela coesão dos nossos municípios. Mas é isso que nós queremos. Por isso nós estamos plenamente de acordo com esta proposta e não com uma proposta que seja simplista, em que se diga mais uma vez que estamos a ser subjugados por interesses políticos. Agora também gostava de dizer uma coisa: é que se realize um consenso. E por isso participaremos numa reunião em que se possa criar um consenso. Mas um consenso não pode simplesmente dizer que repudiamos a Região Centro. Tem que ir muito mais longe, tem de dizer para onde é que nós queremos ir, já que os outros não decidem para onde é que os portugueses podem realizar a sua reforma administrativa. Esta proposta deve ir nesse sentido. Não queremos o “centro”, mas dizer o que é que nós queremos?”.*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Em primeiro lugar, não posso deixar de dizer uma palavra sobre a condução dos trabalhos por parte da Mesa, que pese embora algumas das críticas do senhor deputado Diogo Machado fazerem em tese algum sentido, porque efectivamente a Câmara não tinha que se pronunciar, pareceu-me até muito oportuno, e faço lembrar que da parte do senhor Presidente efectivo da Mesa, o Dr. Carlos Candal, tem havido outras atitudes, não digo de idêntica natureza, mas de alguma condução dos trabalhos com uma leitura menos formal regimental e que não têm sido criticadas – e não estou a dizer se bem, se mal, estou só a chamar à atenção para esse facto. Neste caso concreto, pareceu-me mesmo muito oportuno que tivesse deixado falar o senhor Presidente da Câmara, porque obviamente está muito por dentro de todos estes assuntos, quer em relação à proposta anterior, à questão das acessibilidades, quer em relação ao assunto que refere esta proposta e que efectivamente introduziu uma mais-valia que não foi de modo nenhum o que atrapalhou ou atrasou os trabalhos de hoje à noite.*

*O problema de Lisboa é o mesmo de há bocado: é serem lisboetas! Portanto o erro base que subjaz aos diversos governos de Lisboa até hoje, em relação à situação em que se encontram as acessibilidades ou em que se encontra a questão da descentralização e desconcentração de*

*poderes, no que respeita a Aveiro, é rigorosamente o mesmo. Não sabem o que se passa em Aveiro, e têm os livros lá e têm os dados (porque têm os dados) e agora ainda por cima estão a esquecer-se até naquilo que acabam de aprovar, na existência do que há de mais elementar, que é a informática, que é a Internet, que são as bases de dados. Porque por aí acederiam (qualquer pequeno assessor, do assessor, de assessor), poderiam verificar em termos relativos, onde é que devem estar os Serviços e a quem é que eles se destinam. E então proporião certamente qualquer coisa que necessariamente passaria por não destruir o Distrito de Aveiro e por não destruir aquilo que manifestamente o povo português já disse que não quer que seja destruído.*

*E também não há meio de perceberam uma coisa fundamental (a par e em paralelo com esta): é que descentralizar é tirar efectivamente poderes do Terreiro do Paço para o resto do país, não é começar a concentrar poderes que estavam de facto descentralizados, agora em cinco pontos dos país. Era o contrário: era do Terreiro do Paço cá para baixo e para cinco pontos diferentes, de cima; só para que alguém seja o centro! O centro das atenções eventualmente... Até das nossas, neste caso, pela negativa. Não se entende!? E quanto ao tratamento por “tu”, nós aqui é que decidimos se a gente trata Coimbra por “tu” ou por você. Se tratamos por “você” somos educados, e quem se lembrou da história do “tu” foi necessariamente algum assessor do assessor de assessor, que não foi certamente pessoa séria de Coimbra – que as há sérias lá. Não foi certamente, e não merece sequer qualquer comentário, de qualquer espécie de natureza, porque é uma maneira tão leviana de tratar um assunto tão sério que não merece comentários que não sejam exactamente esses. Que não sejam levianos a tratar assuntos sérios do terceiro Distrito, mais sério deste país. Acabem com a brincadeira e duma vez por todas.*

*Relativamente a esta proposta em concreto que aqui está, também considero e subscrevo as palavras do Dr. Raúl Martins. Com todo o respeito, penso que o senhor Diogo Machado, vai-me perdoar, mas terá introduzido até aqui elementos que terão trazido algum desconforto, digamos assim, de política, duma determinada natureza, quando nós aqui estamos todos numa mesma política que é não aceitamos ser tratados por “tu”, nem tratamos ninguém por “tu”. Tratamos os assuntos - todos os assuntos - por você. E há assuntos em que não queremos partidarites de espécie absolutamente nenhuma. E quando o Sr. Dr. Raúl Martins diz que o texto é prolixo, não diz que o texto é leve, pelo contrário – subscreve-o! Diz logo assim: eu não sei se voto a favor ou se me abstenho. Ele nem sequer diz: eu voto contra. Mas diz que o texto é prolixo, é excessivamente complexo, e não nos vai fazer conseguir transmitir exactamente a ideia que nós pretendíamos. Portanto, um texto que é prolixo e que é complexo, em que é que se traduz? Chega a Lisboa e dá a entender que nós somos os tais “meia dúzia de parolos” que eles pensam lá em cima que nós somos. Então eu concordo de base com eles. Estive a ler o texto com muita atenção, concordo na essência com tudo o que aqui está dito, também concordo que há expressões um bocadinho... como por exemplo “reafirmar a postura de insubmissão de Aveiro, às investidas de subalternização”, são expressões que nos calam fundo – que é isso que a gente sente. Mas na realidade para mandar lá para cima, convenhamos, são um bocadinho ..., podem ser reajustadas e nessas circunstâncias subscrevo inteiramente o que disse o Sr. Dr. Raúl Martins. Apresentou ele um texto que não foi proposta, também delicadamente e também me parece tal como disse o senhor Presidente da Mesa, que valeria bem a pena que nos pronunciássemos hoje aqui, até ao fim, sobre aquilo que todos achamos e que já se viu; toda a gente vota a favor de que não destruam o Distrito de Aveiro e que deixem de nos tratar por “tu” porque quem trata os assuntos por “você” é Aveiro. E nós como temos a noção e como sabemos que quando estamos a falar de assuntos importantes não admitimos apartes de natureza alguma, entendemos também que deve ser assim.*

*De facto, em meu entender, o assunto deve ser discutido por todos nós, hoje, aqui, e que sobressaia aquilo que está a sobressair até este momento - todos estamos de acordo nisto e que finalmente, depois entenderão os proponentes das propostas se eventualmente valerá a pena que se suspendam os trabalhos para se encontrar uma plataforma, como foi também proposta do*

*PSD, para que não se apresente um texto complexo, mas de qualquer maneira profundo e sobretudo, uma coisa é certa – absolutamente consensual”.*

Vogal Raúl Martins (PS):

*“Quería só dizer duas coisas. Em primeiro lugar, acho que em termos de violência para com a posição que o Governo quer assumir, este documento é bastante mais violento que aquele que apresenta; muito sinceramente. E penso, e já há gente que leu a proposta, e considerou-a bastante mais violenta em termos da nossa identidade, do que a proposta apresentada pelos três proponentes. Agora, o que eu não posso admitir, em nome da ética, é que o senhor deputado António Coimbra venha aqui com umas asinhas agora novas, brancas, ser contra as CCR’s, quando toda a gente sabe quem foi o Ministro que instituiu aquele modelo; quem foi o Ministro que deu força às CCR’s, e quem na sombra, ainda hoje pugna, para que este modelo administrativo que foi imposto ao país, paulatinamente, muito levemente, como aqui se diz: «paulatinamente, com inércia burocrática, com hábitos de mais de trinta anos lhe impôs».*

*E toda a gente sabe quem foi o Ministro; e toda a gente sabe que o senhor sempre esteve de acordo com essa política; e o seu Partido sempre esteve de acordo com essa política; e não venha agora num volte face, daqueles volte faces de magia, lavar as mãos.*

*O referendo disse não! Não há Regionalização. Implicitamente, sim ao modelo existente; modelo antecedente à regionalização, modelo dos Distritos. Sim ao Distrito. É isso que nós defendemos aqui; nunca as CCR’s. Nós somos pela unidade do Distrito. E na proposta que os senhores apresentam, para mim o grande problema é que querem construir um modelo pelo telhado. Querem construir um modelo pelo reforço das Câmaras, das autarquias e das freguesias. Primeira coisa, temos de saber o que é que é o Distrito, quais são os órgãos do Distrito, e a partir daí construir todo o modelo subjacente ao Distrito, que é o modelo obviamente municipal e depois das juntas de freguesia. Agora se começamos a construir a partir das Juntas de Freguesia, sem ter o nódulo central, o nódulo de comando que deve ser o Distrito, como é que fazemos?”.*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

*“Em primeiro lugar eu gostava de perguntar a qualquer um dos vogais desta Assembleia, que já esteve no mandato anterior, como é o caso do Dr. Raúl Martins, da Dr.<sup>a</sup> Virgínia Veiga, do Sr. Barbosa como Presidente de Junta; inclusivamente da Mesa, o Dr. João Pedro Dias e o Sr. Custódio Ramos, eu gostava de perguntar, se aquilo que está contido nos três considerando da nossa proposta de deliberação não foi exactamente aquilo (e eu apelo à vossa verdade política), que a Assembleia Municipal de Aveiro no mandato anterior sempre alardeou aos sete ventos, sempre gritou contra ventos e marés. Isto foi tirado, meus senhores, também, de algumas intervenções. Portanto eu gostava de vos dizer que, tudo o que aqui está são posições da Assembleia Municipal de Aveiro do mandato anterior e já deste mandato.*

*Em relação aos “deliberandus”, eu permitia-me dizer-vos, que entendo que este texto alternativo, este texto que foi lido pelo Dr. Raúl Martins, está contido no ponto três da nossa proposta. Em duas linhas está contido aquilo que os senhores propõem nesse texto.*

*Mudando de assunto, gostava de saber quem são os fornecedores que utilizaram o sistema de “factoring” com a Câmara Municipal de Aveiro? Quanto aos viadutos, porque penso que é uma questão pertinente aqui assumir claramente que há um desfasamento no planeamento das obras, porquanto, é após a abertura dessas obras ao trânsito e ao público e à utilização generalizada, que se detectam situações pontuais que até merecem sinais de “Stop”.*

*Eu pergunto, e é este o segundo esclarecimento, porque é que tudo isto não foi contemplado à altura do projecto de obras? Parece-me claramente haver aqui situações de desfasamento. Sendo a mais flagrante no viaduto no Pingo-Doce. Porquê não tudo construído ao mesmo tempo? Porquê não tudo planeado da mesma forma ou de uma forma homogénea, para que os*

*utentes possam efectivamente beneficiar na integra aquilo que são obras importantes para Aveiro?*

*Digo ainda, e para terminar, eu entendo que era fundamental que esta câmara, independentemente de podermos interromper os trabalhos cinco minutos, independentemente disso, que esta câmara de uma vez por todas se deixasse de titubiações, de hesitações; a proposta está na mesa! Eu folgo que o PSD tenha descoberto nesta proposta aquilo que todos nós, sem partidarismos, temos andado a dizer há não sei quanto tempo. Nesta proposta está contido também aquilo que foi o claro sentir, o claro resultado, de voto do referendo. Como o Dr. Raúl Martins bem disse: sim ao reforço do municipalismo! Isto não é mais nem menos do que aquilo que o povo português quer. E não me diga Dr. Raúl Martins, que isto é começar pelo telhado, porque não é! Não é começar pelo telhado!*

*Termino dizendo que, proponho eu, nós, a interrupção dos trabalhos por cinco minutos para que a bancada do PS, do PSD e a bancada do PP, possam olhar para este documento que é efectivamente a proposta que temos em cima da mesa”.*

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

*“Um documento desta importância, ou uma proposta desta importância que saia duma Assembleia Municipal, tem que ser um documento e uma orientação e uma certeza e uma consciência, de tal maneira trabalhada, elaborada, que primeiro mereça o consenso de todas as bancadas e segundo que seja um documento de tal maneira bem elaborado e bem formulado, que quando chegar (como se preconiza e bem, que dele seja dado conhecimento ao senhor Primeiro Ministro), que o senhor Primeiro Ministro não olhe para um papel e não o mande para o caixote porque aquilo não tem interesse nenhum, porque é uma coisa mal redigida, atabalhoada, etc. Não sei se isto atenta contra o regulamento da casa se não, se calhar era um documento que possa, mas com grande vantagem imediata, para a casa, para a dignidade da casa, para a dignidade de Aveiro, para a dignidade do Distrito, que possa não sair hoje daqui, mas que mereça um estudo consciente, um estudo responsável, um estudo aprofundado, de forma a abarcar o acordo de todos, para que seja um documento que amanhã lido na imprensa, na comunicação social, etc.*

*Agora, outro aviso, na idade a que eu cheguei já podemos lançar estes alertas, que seja alguma coisa que dignifique o Partido. Ele tem a iniciativa, mas que se dispa do interesse partidário, para procurar o interesse de todos porque cuidado, é que a última alínea, falar-se em “área metropolitana” é um conceito que pode dar margem a muita discussão, muita posição, e todas elas boas, correctas, mas que seja uma coisa muito avisada, muito sensata. Eu estou convencido que não é em dez minutos que vamos conseguir a unanimidade nesta sala, e não conseguindo a unanimidade desta Assembleia o melhor, é num documento desse patamar de importância, não sair nada daqui hoje.”*

Presidente da Mesa:

*“Eu permitia-me só reforçar duas ideias que me parecem chave no discurso do Sr. Deputado Nuno Tavares. A primeira, é que um documento sobre uma matéria destas tem que ser em primeiro lugar tecnicamente perfeito e em segundo lugar tem que haver subjacente uma opinião política. Ou é um documento consensual, com a força que daí advêm, ou é um documento fracturante, com menor força.*

*Mas isso está nas mãos dos Sr. Deputados. Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos com tolerância de mais cinco.”*

De seguida o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos da reunião.

Decorridos cinco minutos, o Presidente da Mesa retomou os trabalhos da Assembleia.

Presidente da Mesa:

*“Vamos reiniciar os trabalhos. A Mesa foi informada pelos proponentes da proposta que a mesma se mantinha, com uma pequena alteração. Alteração essa que se traduz no ponto n.º6 “Aprofundar a possibilidade de concretização da Área Metropolitana de Aveiro...” portanto aonde se lia aprofundar a hipótese da área metropolitana, passar-se-á a ler aprofundar a possibilidade de concretização da área metropolitana de Aveiro.*

*Houve a discussão, houve a interrupção para busca de um consenso, o que me foi entregue pelos proponentes, pelos signatários, foi esta alteração. Esta proposta, uma vez que o documento lido pelo Sr. Deputado Raúl Martins não é concretizado sobre a forma de proposta, é esta proposta que temos para nos pronunciarmos e é sobre ela que passaremos a incidir. Creio que a introdução, ou melhor, a alteração introduzida não é de molde a suscitar qualquer tipo de discussão porque é uma simples especificação semântica, aonde dizia aprofundar a hipótese é aprofundar a possibilidade de concretização, portanto creio que não é justificativo de abertura de um novo período de discussão.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Sr. Presidente, vai-me desculpar, mas uma vez que os trabalhos decorrem normalmente eu tinha sido directamente interpelada e peço o direito à resposta, à interpelação que me tinha sido feita anteriormente directamente pelo Sr. Diogo Machado; é muito breve Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Foi interpelada ainda antes da interrupção?”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Antes da interrupção. Interromperam os trabalhos e eu não tive direito a intervir.”*

Presidente da Mesa:

*“Teria sido o momento oportuno na altura e não agora, mas se é para defesa da honra...”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“É para defesa da honra efectivamente, porque no caso o Sr. Diogo Machado depois de ter ouvido o que foi dito sobre a proposta que foi apresentada, aliás dito de uma forma elegante, devo dizer por todos os elementos desta bancada e penso que não apenas por mim, ou pelo menos fiz um esforço enorme nesse sentido, tentámos (e eu de mim falo), dizer de uma forma elegante uma coisa tão simples quanto isto, em substância foi dito, sublinhado, e peço desculpa mas hoje o Sr. Diogo Machado está particularmente infeliz no tipo de intervenções que tem e do modo como faz prolongar os trabalhos desta Assembleia. Quando estávamos todos unânimes em relação à questão de fundo, ninguém pôs em causa e portanto, não há que vir aqui perguntar se mudámos de opinião em relação a intervenções anteriores. Quer eu própria, quer outros elementos desta bancada, não, não mudámos de opinião; temos a mesma opinião. E agora não consigo entender, e já agora aproveito para lhe dar a seguinte resposta, eu não consigo compreender como é que estando toda a gente de acordo em escrever um texto que seja inteiramente consensual e bem feito, V. Exa. entenda levar a Assembleia Municipal de Aveiro a não criar como queria uma Comissão. Estávamos todos de acordo para se chegar a um texto que fosse consensual entre toda a gente. Eu acho isto uma coisa absolutamente inenarrável e eu vou-lhes dizer uma coisa: eu nem me abstenho, nem voto a favor, nem voto contra - eu saio da sala.”*

Presidente da Mesa:

*“Muito obrigado. Vamos passar à votação desta deliberação, para todos os efeitos neste momento é uma proposta.”*

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

*“Sr. Presidente desculpe, mas eu insisto naquilo que disse há pouco. Uma proposta deste alcance só tem dignidade plena, só tem possibilidade real de atingir os seus objectivos, e de influenciar de alguma maneira quem tem o Poder legítimo de decidir, se desde logo for abarcada, for abraçada, for perfilhada, pela totalidade dos membros desta Assembleia e das várias sensibilidades que a integram. Outra coisa perde alcance, perde dignidade, perde eficácia. E eu que sou tantas vezes tão sibilinamente acusado de não ser aveirense, eu quero neste momento afirmar conscientemente, responsabilmente, formalmente, a minha condição de aveirense. A minha vontade inquebrantável de defender os interesses reais de Aveiro e portanto, contra minha vontade, simpatizando à partida com a orientação, com a filosofia deste documento, também vou ser obrigado para não prejudicar a eventual unanimidade desta casa, a não participar da votação. A minha vontade é, que daqui saísse digamos com esse sentimento, com a vontade responsável de todos, uma Comissão que pudesse numa próxima Assembleia apresentar-nos um documento então sim pleno de dignidade e pleno de concordância, abraçado por todos, e que tivesse a força que todos nós e que esta casa possa conferir esse mesmo documento e essa mesma decisão, essa mesma orientação. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*“Eu também gostaria muito que este documento fosse votado e houvesse consenso. Só que o facto é que: quando foram suspensos os trabalhos, a conclusão é que não pode haver consenso porque este texto não é consensual. Não é consensual por causa da redacção, por causa do que diz, e aqui sejamos claros é por causa do que diz.*

*O que acontece, é que há duas posturas diferentes nesta Assembleia acerca deste assunto. Uma coisa é o que diz lá fora, outra coisa é o que se diz aqui! Vamos lá ver... eu gosto de dizer aqui aquilo que se diz lá fora. Quando se chega lá fora e se diz: eu não subscrevo nada desta proposta, qual é o consenso que pode haver? Não é um consenso. Por isso acabou o consenso e vamos votar a proposta. E isso é que não me parece razoável, que se esteja aqui a defender uma coisa e lá fora se defenda outra. Eu gostaria muito que esta proposta tivesse o consenso de todos, mas é impossível porque nós temos opções políticas acerca daquilo que é a Reforma Administrativa que nos dividem. E é isso que tem dividido Aveiro este tempo todo.”*

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD):

*“Eu lamento que nestas Assembleias quando há qualquer coisa em votação aconteça sempre isto. Falar que há falta de dignidade, só porque as pessoas não estão todas de acordo!? Pelos visto a Câmara tem aprovado muita coisa sem dignidade, porque nunca tem a aprovação de todas as bancadas. Não sei aonde é que está o problema!”*

Presidente da Mesa:

*“Muito obrigada pela sua intervenção. Eu só me permito fazer um apelo aos Srs. Deputados de natureza pedagógica. É que não haja Srs. Deputados, que por favor se ausentem. Acho que o exercício soberano do mandato que temos é feito através do voto, por muito difíceis que sejam os assuntos. E portanto, permitam-me fazer um apelo aos Srs. Deputados que expressaram a vontade de se ausentar, o favor de manterem o seu lugar e expressarem o seu voto, embora obviamente reconheça o direito que cada um tem. Mas, agora, pedagogicamente, enquanto Presidente em Exercício da Assembleia, gostava de ver os Srs. Deputados a exercerem o seu direito soberano, sagrado, de voto.”*

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

*“Na sequência lógica, coerentemente com o que eu acabei de dizer, eu não quero de maneira nenhuma ver-me envolvido numa matéria em que para mim a única lógica que é possível é a lógica do acordo, do consenso, da unanimidade. Não é unanimismo fácil. É procurarmos todos fazer um esforço para chegarmos uns aos outros. Portanto, eu recuso ver o meu nome envolvido numa decisão que a ser tomada já, nos termos que eu prevejo que vai ser, não vai trazer nada de benéfico àquilo que nós todos no fundo queremos.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Sr. Presidente, em primeiro lugar, para pedir que todas as minhas intervenções de hoje (se ainda vou a tempo e para que não haja dúvidas sobre a consensualidade da minha posição), sejam transcritas em acta. Em segundo lugar, um minuto para apresentar uma proposta à Mesa no sentido de ser criada uma Comissão com vista à tentativa de elaboração de um texto da consensualidade de todas as bancadas.”*

Presidente da Mesa:

*“Sra. Deputada essa proposta pode vir, mas obviamente que será votada depois deste ponto. E se a proposta em causa for aprovada é evidente que considera prejudicado o texto apresentado. Temos um documento para votação e é esse documento com a alteração que foi introduzida que vamos votar.”*

Saíram da sala os Vogais Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Nuno Teixeira Lopes Tavares.

**Continuando o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada no ponto n.º 4, com as alterações introduzidas, sendo a mesma aprovada por maioria com dezasseis votos a favor (PSD7+PP9) e onze abstenções (PS11).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal Raúl Martins (PS):

*“A bancada do Partido Socialista absteve-se, não porque concorde com a recente aprovação em Conselho de Ministros das medidas atinentes à desconcentração territorial da Administração do Estado, aliás repudiando a opção pelo mapa das actuais Regiões Planos assentes nas C.C.R.s, como matriz de referência para a organização da Administração Desconcentrada do Estado. Mas basicamente, porque considera o documento, a moção apresentada, prolixa, complexa e pouco objectiva; não deixando bem claro o repúdio desta Assembleia Municipal por qualquer solução legal ou administrativa, que não parta do reconhecimento do Distrito de Aveiro como unidade indivisível.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*“Muito obrigado. A bancada do PSD votou a favor, porque considera esta proposta como um tomar de posição forte de todos os Aveirenses que se revêem no seu Distrito com um todo; que querem uma reforma administrativa decorrente do referendo de 1998 e que nunca foi posta em prática, e que não se revêem nas áreas correspondentes às Comissões de Coordenação Regionais, que nos estão a ser impostas, dividindo o Distrito de Aveiro.”*

Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP):

*“A bancada do CDS/PP votou a favor, porque vivia-se uma oportunidade única e em tempo útil, de se repudiar o modelo de desconcentração territorial da Administração do Estado aprovado*

*recentemente em Conselho de Ministros do Governo de Lisboa. Porque não deveríamos aceitar em condição alguma qualquer modelo de desagregação do Distrito de Aveiro e a manutenção da unidade una, indivisível, do Distrito de Aveiro é a primeira grande base que nos orgulha para qualquer tipo de trabalho a realizar no futuro. Porque decidimos apelar, também, em tempo útil, à localização prioritária das diferentes estruturas a desconcentrar por quem melhor conhece o terreno e onde melhor esses meios se justificam, designadamente em termos do que a Aveiro diz respeito. Porque, por outro lado, para além de determinado tipo de repúdio e de afirmação da unidade do Distrito, deveremos também tomar atitudes construtivas tais como o reforço do conceito do municipalismo, isto é, apelar ao aumento das competências e atribuições das Autarquias, designadamente das Câmaras e Juntas de Freguesias. E por último, onde cabe qualquer tipo de reflexão futura a realizar neste tipo de Assembleia Municipal, sobre pena de se se tivesse optado por esse tipo de via, atrasar-se em tempo útil este tipo de afirmação de Aveiro, aprofundar entre outras hipóteses, a possibilidade de constituição da Área Metropolitana de Aveiro como uma alternativa válida de descentralização capaz de conferir a Aveiro a liderança das cidades médias portuguesas. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Srs. Deputados eu próprio farei chegar à acta uma declaração de voto, dizendo que votei favoravelmente a proposta, pese embora lamentando três aspectos. Em primeiro lugar o facto da proposta não ter merecido um consenso que se impunha; em segundo lugar dizendo que não me revejo minimamente em discussões do tipo governo de Aveiro, governo de Lisboa ou governo de Coimbra, porque as acho profundamente atentatórias do espírito da unidade nacional e acho-as perigosas. Em terceiro lugar, dizendo que espero que a Assembleia Municipal ainda se possa vir a pronunciar de uma forma mais coesa, de uma forma mais unanime, talvez de uma forma mais trabalhada, sobre esta mesma matéria.”*

Reentraram na sala os Vogais Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Presidente da Mesa:

*“Srs. Deputados, os serviços administrativos tomam nota de que todas as bancadas pretendem que este ponto seja integralmente transcrito para a acta. A proposta da Sra. Deputada Virgínia Veiga, que dizia: «Proponho que seja criada uma Comissão com vista à tentativa de elaborar um texto de consensualidade de todas as bancadas.» A Mesa considerou esta proposta prejudicada pela votação que acabou de ocorrer.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Dá-me licença Sr. Presidente. Eu concordo inteiramente com a posição da Mesa, só não concordaria é que efectivamente não fosse lida a proposta e não ficasse de facto registado e em acta que tinha sido apresentada essa proposta. Muito Obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Sra. Deputada, a bancada do Partido Popular acaba de lhe dar uma mãozinha. A interpretação que a Mesa fez foi que a votação do texto acabado de votar tinha encerrado este assunto. A bancada do CDS/PP acaba de apresentar uma proposta de deliberação dizendo que: «a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida aos 02 de Julho de 2001, delibera criar uma Comissão integrada por um máximo de 2 elementos por bancada, com o objectivo de: aprofundar a possibilidade de constituição da Área Metropolitana de Aveiro.» Isto significa que os proponentes do texto que fez vencimento, entendem, contrariamente ao que a Mesa entendia, que apesar do seu texto ter sido aprovado, ainda a Assembleia pode vir a criar essa tal*

*Comissão. Logo, estão aqui duas propostas com o mesmo conteúdo. Estando duas propostas com o mesmo conteúdo... A Sra. Deputada Virgínia Veiga vai retirar a sua proposta?"*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*"A outra é mais redutora, como terá percebido! Enquanto a outra se refere apenas à Área Metropolitana, a minha refere-se a toda a questão que estava aqui a ser discutida. Concretamente, ela tem a ver com a criação de uma Comissão para aprovação de um texto consensual, relativamente à política de Desconcentração Territorial aprovada recentemente pelo Governo em Conselho de Ministros. É esse o sentido."*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

*"Claramente a intervenção da Sra. Deputada que me antecedeu, explica o sentido da apresentação da nossa proposta de criação de uma Comissão, que aprofunde a possibilidade de criação da área metropolitana de Aveiro. Ou seja esta proposta que acabamos de apresentar, é nem mais nem menos, do que o passo lógico seguinte à aprovação do documento que aqui foi aprovado. Porquê? Porque permite que esta Assembleia em sede de si própria, crie uma Comissão que seja o ponto de partida para discutir e aprofundar se vale ou não a pena desenvolver e avançar com o conceito contido no documento aqui aprovado, da área metropolitana de Aveiro. Portanto, contra as vistas assim, nós preferimos as vistas largas. E é exactamente por isso e porque estamos a dar o passo em frente e o passo seguinte, na lógica de Aveiro, que apresentamos esta proposta. É só isto. Muito obrigado."*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*"Queria só dizer que acho importante que este assunto não se encerrasse com esta deliberação. Eu acho que era importante, já que aqui houve um consenso que não foi por unanimidade, houvesse a possibilidade de continuar a aprofundar este assunto que é: as implicações da reforma administrativa em Aveiro, no Distrito de Aveiro, e que nós pudéssemos reunir em Comissão. Por isso sou a favor da criação de uma Comissão, não tão redutora só para discutir uma possibilidade de implementação de uma área metropolitana, mas sim para discutir em termos de uma reforma administrativa em que Aveiro se inserisse e se inserisse de uma maneira que fosse positiva, por isso estou a favor disso."*

Presidente da Mesa:

*"Deixe-me fazer um ponto da situação. Existem duas propostas, uma delas subscrita pela Deputada Virgínia Veiga e que em termos de votação terá prioridade porque foi a primeira a ser apresentada, pretendendo a criação de uma Comissão com vista a discutir e a buscar um consenso sobre as questões relativas à descentralização e desconcentração, na perspectiva do Distrito de Aveiro; creio que é esse o espírito da sua proposta.*

*A bancada do CDS/PP, apresenta uma proposta visando a criação de uma Comissão para aprofundar a possibilidade de criação de uma área metropolitana.*

*Em face da forma como decorreram os trabalhos, eu creio que não é sequer pensável tentar ter qualquer tipo de entendimento entre ambas as propostas, não vamos perder tempo com isso. Portanto, vamos efectuar uma votação em alternativa porque a proposta apresentada pela bancada do CDS/PP é mais restrita, e portanto tem cabimento na proposta apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Virgínia Veiga.*

*Quem entender que deve ser criada uma Comissão para estudar o desenvolvimento do processo de descentralização e desconcentração na óptica do Distrito de Aveiro, aí se incluindo também muito naturalmente a área metropolitana, votará favoravelmente a proposta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Virgínia Veiga; quem entender que se deve criar uma Comissão exclusivamente para estudar a*

*questão da área metropolitana, votará na proposta apresentada pelo CDS/PP. Estamos entendidos quanto a este ponto e portanto vamos pô-la em votação.”*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

*“Sr. Presidente, um ponto de ordem à Mesa. A Deputada Virgínia Veiga apresentou uma nova proposta não foi? Um texto pode ser um relatório, pode ser tríptico, pode ser um panfleto. A Comissão que nós propusemos que se criasse é uma Comissão que visa estudar a possibilidade de constituição da área metropolitana de Aveiro. Agora imaginem V. Exas. que no seio dessa Comissão se chega à conclusão, que por uma eventual lógica de momento, não é pela área metropolitana de Aveiro, têm que se ir é por outro caminho qualquer. Não vamos restringir o âmbito das comissões, mas de promover, de iniciar o debate e a reflexão da Assembleia Municipal sobre esta temática.”*

Presidente da Mesa:

*“Sr. Deputado, a metodologia dos trabalhos da Comissão eu penso que não varia entre a Comissão que é proposta pela bancada do CDS/PP e a Comissão proposta pela Sr.ª Deputada Virgínia Veiga. É evidente que as comissões todas elas são para estudar, todas elas são para reflectir, e no fim é obvio que têm que dar à estampa o produto da sua reflexão ou não, como é evidente.*

*Portanto, o que está em causa é a criação de uma comissão, que tenha o objectivo ou de estudar a viabilidade de criação da área metropolitana proposta do CDS/PP, ou a criação de uma comissão destinada a analisar as questões relativas à descentralização e desconcentração na óptica do Distrito de Aveiro, proposta da Sr.ª Deputada Virgínia Veiga. Estamos definitivamente entendidos.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“Eu não estou a fazer perder tempo a esta Assembleia porque o Sr. Presidente com total lucidez já é a quinta vez que diz a mesma coisa. E é exactamente isso que está em discussão e toda a gente sabe. É uma Comissão desta Assembleia, que obviamente, se vai pronunciar sobre o assunto de que falou e chegará a uma qualquer conclusão. Porque a Comissão no fim elabora um texto, nem que seja para dizer que não devia elaborá-lo.”*

Presidente da Mesa:

*“Não vamos continuar a introduzir ruído na discussão. O documento que foi votado é uma deliberação desta Assembleia, dar-se-lhe-á sequência normal. A proposta aprovada é assunto arrumado.*

*Sobre este ponto, as propostas vão ser votadas em alternativa, o que significa que os Srs. Deputados que votem numa naturalmente não podem votar noutra, escolhem uma das duas propostas. São propostas que versam sobre a mesma matéria, e em entendimento da Mesa, pode haver outro melhor, mas em entendimento da Mesa, uma é mais restrita do que a outra ou se quisermos uma abrange a outra. A Assembleia só vai votar o âmbito que quer para a Comissão.”*

Vogal Diogo Machado (CDS/PP):

*“Simplesmente, para perguntar à proponente, se aceita inserir no texto da proposta dela incluir: a possibilidade de constituição da área metropolitana de Aveiro.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

*“O pedido da bancada do CDS/PP, embora legítimo, não faz sentido porque já está lá incluído.”*

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação as propostas apresentadas, tendo merecido aprovação a proposta apresentada pela Vogal Virgínia Silva Veiga, com dezanove votos a favor (PS12+PSD4+PP3). Tendo a outra proposta oito votos a favor (PSD2+PP6) e duas abstenções (PSD2).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguinte Vogais:

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

*“Sr. Presidente, eu votei a favor desta proposta, não tendo participado na votação anterior. E peço que fique registrado expressamente em acta, que eu me retirei pelos motivos que na altura entendi mencionar. Por coerência, quero dizer, é esta a minha vontade. É procurar que no seio de uma comissão surja um trabalho. Enfim, toda a gente percebeu.*

*Agora isto faz-me lembrar também quem votou contra a outra, quem votou agora a favor. Faz-me lembrar aquela história do marido e da mulher: o marido deixa cair a sopa na carpete nova de arraiolos e diz: Ó Maria, traz o detergente para lavar esta porcaria... Quer dizer para ver se a gente fica na mesma, mas se calhar não fica e essa é a minha tristeza. Muito obrigado.”*

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD):

*“Eu optei pela abstenção nas duas propostas, porque entendo que houve uma má vontade da parte de ambos os lados que as apresentaram. Uma estava contida na outra, um documento só era suficiente para toda a gente o aprovar e parece que entenderam que era melhor levar isso a votos e por isso a minha abstenção.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*“A declaração do Dr. Nuno Tavares obriga-me a fazer uma declaração de voto que achava que não era preciso. Entendo que a nossa deliberação da proposta anterior não esgota em si o debate que tem que haver para a instituição de uma reforma administrativa em que o Distrito de Aveiro possa sair vencedor. E esta proposta da Dr.ª Virgínia Veiga vem neste sentido de continuarmos este debate e continuarmos cada vez mais unidos no sentido de em conjunto podermos ser muito mais fortes e podemos concertar aquilo que são as nossas posições. E por isso votei a favor da proposta da Dr.ª Virgínia Veiga.”*

Presidente da Mesa:

*“Srs. Deputados, em vista da operacionalização da proposta que acabámos de aprovar, esta Comissão criada, será composta por dois elementos de cada bancada, com excepção naturalmente da bancada do Partido Comunista que tem apenas um representante. Quem vota contra a proposta da Mesa? Então a Comissão será assim composta.”*

Continuando, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Junho da Assembleia Municipal.

Eram 00:30 horas do dia 07 de Julho de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel

Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.